DOI: 10.5418/RA2011.0701. 0019

O LUGAR DO BRASIL NO CENÁRIO GEOPOLÍTICO MUNDIAL CONTEMPORÂNEO

The Place of Brazil in the Contemporary Geopolitical World

Profª Edu Silvestre de Albuquerque
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, s/n, Campus de Lagoa Nova, CEP: 59390-000 - Natal, RN - Brasil
Tel: (+55 84) 32153572 - silvestre@uepg.br

Resumo

Globalização e ideologia neoliberal andam juntas no mundo real e na reflexão acadêmica com conceitos e categorias fragmentados que não se propõem a analisar os processos de distribuição do poder em curso no plano internacional. A despolitização dos processos espaciais oculta que o capitalismo como força destrutiva-criativa exige a remoção dos obstáculos políticos e econômicos pelo mundo, inclusive recorrendo à velhas praticas imperiais como o intervencionismo militar no Oriente Médio Expandido. A recente oposição sul-americana às diretrizes de Washington e dos mercados até o momento não logrou produzir uma inserção mais autônoma da região no sistema internacional simplesmente porque as estruturas internacionais de poder continuam as mesmas desde o final da Segunda Guerra Mundial. A questão que permanece em aberto é se alguma reformação do sistema internacional será alcançada sem que essa "vontade política" expressa por movimentos anti-sistêmicos se transforme em poder econômico e militar real.

Palavras-chave: Globalização; Interesse Nacional; Geopolítica.

Abstract

Globalization and neoliberal ideology go together in the real world and academic reflection with fragmented concepts and categories that are not supposed to examine the processes of power distribution in progress at the international level. The depoliticization of the spatial processes hide that capitalism as a creative-destructive force requires the removal of obstacles for political and economic world, including resorting to old practices as the imperial, as military interventionism in the Arab World. The recent South American opposition to the policies of Washington and the markets so far failed to produce a more autonomous region's insertion in the international system simply because the international structures of power remain the same since the end of World War II. The question that remains is whether any reformation of the international system will be achieved without this "political objective" expressed by Antisystemic Movements turn into economic and military power.

Keywords: Globalization; National Interest; Geopolitics.

Resumen

La globalización y la ideología neoliberal van de la mano en el mundo real y en la reflexión académica con conceptos fragmentados y categorías que no se supone que examinar los procesos de distribución del poder en el progreso a nivel internacional. La despolitización de los procesos espaciales esconde que el capitalismo como una fuerza creativa-destructiva requiere la eliminación de los obstáculos políticos y económicos en el mundo, en particular, recurrir a las viejas prácticas como el intervencionismo militar imperialista en el Medio Oriente. La reciente oposición de América del Sur a las políticas de Washington y de los mercados hasta ahora no produjo la inserción de una región más autónoma en el sistema internacional, simplemente porque las estructuras internacionales del poder siguen siendo las mismas desde el final de la Segunda Guerra Mundial. La pregunta que queda es si la reforma del sistema internacional se logrará sin que la "voluntad política" expresada por los movimientos antisistémicos convertirse en poder económico y militar real.

Palabras clave: Globalización; Interés Nacional; Geopolítica.

ISSN 1679-768 X © 2003, Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Todos os direitos reservados.

INTRODUÇÃO

Qual o papel dos Estados nacionais no sistema econômico globalizado? Há alguma chance do sucesso em comportamentos nacionais anti-sistêmicos? As estruturas internacionais de poder podem ser transformadas no sentido da redução das assimetrias nacionais?

Parece que o ponto de partida para a compreensão da problemática do desenvolvimento nacional contida em todas as questões acima remete ao conceito de globalização e seu real impacto nas soberanias nacionais.

Já é frase batida afirmar que a globalização da economia ampliou enormemente os fluxos financeiros e comerciais, e que tende a criar um meio técnico-científico-informacional se não homogeneizado, ao menos, diferenciado quase que apenas pelas densidades técnicas. (SANTOS, 1994). Mas para muitos pesquisadores, a globalização é um fenômeno que ultrapassa a dimensão econômica, abrangendo a totalidade das relações sociais.

De modo que para Peter Marber (apud KHANNA, 2008), a globalização abrange todas as interações de fronteiras, sejam econômicas, políticas ou culturais . De forma semelhante, Milton Santos (1994) diz que a globalização representa a imposição dos fluxos sobre os fixos territoriais.

Em sentido similar, outras acepções de globalização incluem a participação crescente de atores não-estatais, estas difundidas especialmente pelas Ciências Sociais e pelo novíssimo campo das Relações Internacionais. Nesse sentido, é ímpossível deixar de resgatar a ideia de "sociedade civil global" usada no Brasil pelo sociólogo Octávio Ianni e que, perigosamente, se aproxima da ideia de "governança global" que na perspectiva neoliberal visa quebrar a espinha dorsal da primazia do Estado nacional.

De forma análoga, a ideia de uniformização cultural e de valores, apesar de em realidade trazerem a imposição de modelos ocidentais, apregoa certo universalismo abstrato para a alegria dos que defendem a exclusividade do modelo de democracia-liberal.

Mas a ideia de globalização permanecerá um conceito destituído de maior significação teórica se não for articulada à problemática da organização do poder. Assim, este breve ensaio visa tecer algumas considerações gerais quanto à dimensão (geo)política das relações internacionais, principiando pela explicitação das características principais do sistema internacional contemporâneo, seguido da análise do perfil da inserção sistêmica brasileira.

A FUSÃO PÚBLICO-PRIVADO

Immanuel Wallerstein (2004) coloca a questão da relação entre economia e política de forma bastante apropriada quando considera que o sistema-mundo resulta da interpenetração entre uma economia global e um sistema internacional formado por mais de 200 atores estatais nacionais.

Nessa mesma linha, Robert Gilpin (2004) formula a Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH) acerca da fabricação política do equilíbrio de longo prazo da economia internacional liberal. Explica Gilpin que cabe a uma potência hegemônica ou consórcio de potências hegemônicas garantir a provisão de bens públicos internacionais (como a construção de canais interoceânicos e de estruturas portuárias em águas profundas), a organização de um sistema monetário conversível acompanhada da oferta de crédito internacional (caso do padrão dólar-ouro e dos organismos financeiros internacionais, respectivamente) e a segurança internacional (caso da Organização do Tratado do Atlântico Norte ou de ações unilaterais como o intervencionismo militar direto dos Estados Unidos em países desafiantes).

A atual estabilidade hegemônica norte-americana encontra paralelo histórico, no mundo antigo, com o Império Romano que é comumente recordado pelo uso da força militar (a Pax Romanna) e também como "império benevolente" ao prover a construção de vias de transporte terrestre e a segurança das rotas marítimas do Mediterrâneo. E também na Era Vitoriana, onde o exemplo de-

finitivo de potência estabilizadora foi a Inglaterra, imbatível no volume de carga transportada por navios mercantes e no porte de sua marinha de guerra.

Para quem pensa que Wallerstein e Gilpin falam de obviedades é porque não se recorda dos anos 1990 quando os acadêmicos apologistas da nova ordem mundial anunciavam em alto e bom tom o triunfo do liberalismo na esteira do aprofundamento do processo de globalização da economia e da desintegração do modelo socialista soviético. Retomando a tradição Idealista das Relações Internacionais, o estadunidense Francis Fukuyama afirmou o fim da história decorrente da vitória do liberalismo sobre as ideologias (como se o liberalismo não fosse também uma ideologia). Fukuyama teve enorme aceitação na academia e nos mass media, e a partir destes, seu pensamento ainda hoje influencia as novas gerações de políticos.

De forma análoga, o também estadunidense Kenich Ohmae aproveitou para afirmar o fim do Estado-nação como unidade fundamental da economia globalizada. Embora não tenha ganho maior importância nos debates no meio geográfico, o discurso de Ohmae prenunciava um perigoso senso comum que hoje toma conta de nossa ciência: a despolitização dos processos espaciais traduzida numa espécie de descaso quanto ao papel do Estado nacional. Essa alienação dos geógrafos talvez represente um subproduto da excessiva especialização do saber epistêmico (a famosa fragmentação disciplinar), mas mais provavelmente origina-se da delegação da reflexão filosófica a um seleto grupo de profissionais mais conscientes mas que encontra cada vez menos interlocutores.

Afinal, que mundo é este que sucede à Guerra Fria? Embora a economia política da globalização aponte para a validade das velhas teses do imperialismo formuladas ao tempo de Rosa Luxemburgo e Vladimir Ilich Lênin (HARVEY, 2004), para muitos seria mais apropriado falarmos atualmente num mundo cooperativo-competitivo onde os Estados nacionais continuam como protagonistas principais da história (FIORI, 2007).

Com efeito, a formação de vastos sistemas coloniais nos moldes do mercantilismo já ficou para trás, algo excessivamente dispendioso diante das novas formas de controle político e econômico dos territórios experienciadas quase continuamente desde o final da Guerra Fria. A intervenção sem ocupação que já havia sido testada pelos Estados Unidos na Primeira Guerra do Golfo (na campanha de "Libertação do Kuwait") foi posta em prática na Líbia neste ano, assegurando poupar vidas de fuzileiros navais estadunidenses através do apoio aéreo a grupos rebeldes locais.

A razão de Estado ou Realpolitik parece que continua mais viva que nunca ainda que em meio ao renascimento das doutrinas idealistas que pegaram carona no neoliberalismo dos anos 90. Não apenas na prática os Estados Unidos se distanciam de qualquer postura idealista, como em seu discurso de hegemon também se colocam contrários a qualquer reformatação profunda das estruturas internacionais de poder, especialmente do poder militar.

A primeira década do século XXI traz o retorno de ações típicas de nações imperialistas, expressas na reação desproporcional estadunidense aos atentatos terroristas do 11 de Setembro de 2001, como quando pratica verdadeiros genocídios no Afeganistão, no Iraque e na Líbia. Com razão, David Harvey (2004) enquadra estas ações intervencionistas na velha estratégia imperial de "acumulação por espoliação", processo de extensificação territorial dos capitais sobreacumulados de um país central que exige a prévia destruição dos obstáculos políticos e econômicos pelo mundo .

O cientista político estadunidense Samuel P. Huntington (1997) havia lançado as bases ideológicas dessa nova estratégia de contenção movida pelos Estados Unidos com o objetivo de reafirmar sua liderança no mundo pós-Guerra Fria. Para Huntington, as lutas do século XXI não mais seriam por razões ideológicas (entenda-se os sistemas políticos anti-liberais), mas por motivação civilizacional.

Mas quando ativado na forma de alguma das "guerras de intervenção rápida" movidas pelos Estados Unidos, o "choque de civilizações" ocorre não por culpa do islamismo, mas pelas necessidades econômicas norte-americanas em relação as ricas reservas petrolíferas localizada no Oriente

Médio, Mar Cáspio e Norte da África, justamente regiões cujos países possuem populações islâmicas e regimes políticos nem sempre alinhados com Washington e suas empresas petrolíferas.

Com a diminuição do ritmo de descobertas de novas jazidas de petróleo e a manutenção do preço internacional do produto em patamares elevados, os Estados Unidos se obrigam a dar mais destaque em sua agenda estratégia para o controle de novas fontes de petróleo. Isto explica a atual guinada da política exterior norte-americana em relação às ditaduras do Oriente Médio, que passou subitamente a apoiar a democracia na região (salvo para aliados muito especiais, como a família real saudita). O real objetivo é destituir um a um os governos dos chamados "Estados Párias", formados por aqueles regimes que não aceitam a agenda liberal estadunidense. Reside ai a causa profunda das guerras no Afeganistão (rota importante de oleodutos e gasodutos para a exploração de todo o potencial petrolífero da Bacia do Mar Cáspio), no Iraque (uma das maiores reservas de petróleo do planeta) e na Líbia (a bola da vez).

Quando S. Huntington elabora uma estratégia de contenção contra a "conexão confuciana-islâmica" não está preocupado em defender as identidades culturais dos diversos povos do planeta, mas em evitar o uso do petróleo das nações islâmicas no parque industrial chinês em expansão (e que já alcança níveis de produção maiores que inicialmente esperados por Washington) e garantir o monopólio das empresas petrolíferas ocidentais.

Esse movimento de contenção já aconteceu no passado recente quando os Estados Unidos decidiram frear o processo de retomada do desenvolvimento industrial e tecnológico do Japão iniciado nos anos 50. Quando as empresas norte-americanas passaram a perder o próprio mercado interno para as automobilísticas japonesas, o governo dos Estados Unidos passou a adotar nos anos 80 medidas protecionistas destinadas a fechar o acesso ao seu imenso mercado.

A China em breve poderá sentir o peso das mesmas medidas. Afinal, o crescimento econômico e militar chinês começa a preocupar segmentos empresariais, políticos e militares na América, e a ideia de investir menos naquele país e fechar o mercado norte-americano para os produtos made in China começa a ganhar corações e mentes entre republicanos e democratas.

A AMÉRICA LATINA

As intervenções militares no Oriente Médio Expandido não foram necessárias na América Latina, tradicional quintal geopolítico norte-americano desde a Doutrina Monroe (1823). A região ingressa na década de 1990 alinhada aos preceitos ideológicos do Consenso de Washington, espécie de diretrizes ou receituário econômico formulado nos gabinetes e reuniões dos organismos financeiros internacionais como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial e que prega a abertura de mercados e o Estado-Mínimo como únicos caminhos para o desenvolvimento econômico dos países periféricos.

Entretanto, na década seguinte vários países latino-americanos elegem governos de centro-esquerda e nacionalistas que colocam em xeque alguns dos preceitos daquele receituário liberal emanado dos organismos internacionais, inclusive reestatizando atividades econômicas como na Venezuela e na Bolívia. (FIORI, 2007). É verdade que as "ações bolivarianas" de Hugo Chávez não foram até o momento suficientes para modificar a inserção venezuelana no sistema internacional de poder, ainda marcada pela dependência econômica e pela condição política periférica. Da mesma forma, apesar da retórica anti-imperialista de alguns governos da região mesmo se aprofundam os elos locais com os capitais internacionais através de investimentos estrangeiros diretos e reservas cambiais formadas em dólar e euro, moedas sobre as quais não temos qualquer poder direto em última instância.

AS ESTRUTURAS ECONÔMICAS DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA

Os avanços sociais (inclusive constitucionais) produzidos no país nos anos 80 não são reconhecidos pela ideologia conservadora que insiste em chamá-la de "a década perdida". Curiosamente, apesar de também ter apresentado pífios resultados econômicos, os anos 90 são saudados por estes mesmos ideólogos em razão dos avanços na reformatação do Estado e na aplicação dos ditames econômicos emanados do Consenso de Washington. Essa submissão aos interesses estrangeiros ocorreu também no campo da defesa e segurança nacional, quando nas administrações de Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso ocorre a adesão do país aos regimes internacionais de controle de armas nucleares e de misseis de longo alcance, uma exigência da "comunidade internacional" (leia-se Estados Unidos).

Estes atos de lesa pátria foram justificados pelos governantes da época como necessários para que o país obtivesse acesso às tecnologias sensíveis no exterior. Mas até hoje ainda não conseguimos lançar o foguete brasileiro em razão do boicote sistemático norte-americano, levando o país a fechar recentemente um acordo com a Ucrânia para tentar superar esse gap tecnológico no setor aeroespacial. O boicote norte-americano quanto à tecnologias eletrônicas sensíveis impediu também recentemente a venda de dezenas de aviões de treinamento militar da Embraer para a Venezuela de Chávez.

Ainda como produto dos anos 90, a sociedade brasileira assistiu a execução de amplo programa de privatizações e de uma política de abertura comercial indiscriminada, resultando na perda de importantes posições estratégicas adquiridas pela indústria brasileira ao longo das décadas anteriores.

A temida desindustrialização da economia brasileira, é verdade, não ocorreu. Mas isto porque a participação das transnacionais na economia brasileira tornou-se ainda mais acentuada e também porque as tarifas alfandegárias foram sendo reerguidas sucessivamente na década seguinte e em movimento ainda não esgotado.

Se a bomba da desindustrialização não explodiu como o previsto, certamente não podemos dizer o mesmo da participação dos industrializados na pauta exportadora nacional. Ingressamos na segunda década do século XXI ouvindo o discurso da retomada das taxas históricas de crescimento econômico, em verdade nem próximas dos níveis do período do "milagre econômico" e ainda por cima alavancadas apenas com o boom do setor agroexportador e mineral.

O crescimento econômico brasileiro e sul-americano dos últimos anos tem como mercado de destino um só país: a China, interessada quase tão-somente nas commodities agrícolas e minerais locais para sustentar seu veloz crescimento industrial e incremento do consumo urbano (metade da população chinesa ainda não migrou para as cidades!).

O pensamento neoliberal de matriz conservadora afirma que a abertura comercial permitiu a reatualização tecnológica das filiais brasileiras das multinacionais e reduziu os custos dos insumos industriais importados inclusive contribuindo diretamente na redução do processo inflacionário. Omite que não avançamos em nada na autonomia tecnológica e na agregação de valor aos produtos exportados.

Com a liberalização comercial o Brasil cedeu posições de mercado externo duramente alcançadas pela diplomacia comercial na África e Oriente Médio, restando para as exportações de produtos industrializados de maior conteúdo tecnológico (de média intensidade tecnológica) quase que somente o mercado latino-americano. E mesmo nesses enclaves de mercado regional trata-se de produtos que "incorporam" conhecimento apenas na forma de "pacotes tecnológicos", aprofundando portanto nosso déficit comercial justamente em áreas estratégicas como a eletrônica.

Essa reprimarização de nossa pauta exportadora ainda está em pleno curso (destino que compartilhamos com os hermanos argentinos), mas esses enormes superavits comerciais gerados do boom agroexportador apenas ocultam o perigoso rombo no setor industrial externo e no setor de serviços que voltará mais cedo ou mais tarde a cobrar seu preço.

Apesar da condição de global trader das exportações do setor primário brasileiro, a soja e o minério de ferro são os produtos mais dinâmicos dessa pauta exportadora primária brasileira e seu destino é basicamente o mercado chinês. Alheios a essas mudanças estruturais históricas, os discursos anti-imperialistas dos governantes sul-americanos ainda se ocupam tanto dos Estados Unidos que se esquecem que a China põe em prática uma relação centro-periferia ainda mais brutal aos interesses regionais de longo prazo.

Essa mudança estrutural na economia mundial nasce na década de 1970 e amadurece já a partir dos anos 80 através da consolidação de uma aliança diplomática e econômica entre Washington e Pequim com o intuito de isolar e enfraquecer Moscou. A globalização sino-americana nos produtos de consumo não-duráveis não pode ser seguida pela União Soviética, cuja população mostrava crescente descontentamento diante do estilo de vida ocidental. O paradoxo é que o sistema de planejamento centralizado da República Popular da China foi posto a serviço dos Estados Unidos, que com lucros garantidos na China e a venda de títulos da dívida pública no mercado internacional (e o governo chinês é o maior comprador destes títulos com o Brasil em quarto lugar) puderam investir em novas tecnologias militares e de uso civil (internet, GPS, celular, etc). (FIORI, 2007).

Este pacto geopolítico sino-americano também trouxe efeitos colaterais generalizados na Europa que hoje não consegue manter sua estrutura industrial competitiva sem mexer nas conquistas sociais de sua população. Esse é o drama vivenciado atualmente pelas sociedades grega, espanhola, portuguesa, italiana e até alemã.

Para a América do Sul essa globalização sino-americana deixou como única opção de desenvolvimento o aprofundamento da pilhagem de suas riquezas minerais – reforçando uma tradição que já vem desde os tempos coloniais como notou Eduardo Galeano em As veias abertas da América Latina - e a intensificação do uso agrícola de seus territórios baseando-se nos recursos naturais abundantes (sol, terra e água, isto é, a degradação do meio ambiente) .

Mas a rebelião política na periferia latino-americana desencadeada no início deste século – casos do Movimento Al Socialismo que levou Evo Morales ao poder e das eleições sucessivas do nacionalista bolivariano Hugo Chávez, mas também da social-democracia brasileira de Lula e Dilma Rousseff, dos governos nacionalistas no Equador e Paraguai e da ampla coalizão democrática e de esquerda na Nicarágua e Uruguai – parece ainda não ter alcançado compreender plenamente os efeitos geopolíticos da vinculação econômica entre Estados Unidos e China.

Enquanto a China compra apenas soja em grãos do Brasil para beneficiar o produto e gerar empregos em seu território, o governo brasileiro prefere se calar diante da enxurrada de dólares vinda de mãos chinesas (torneira que permanecerá aberta enquanto os chineses continuarem os maiores fornecedores de produtos industrializados de baixo e médio valor agregado aos Estados Unidos) .

AS DIFICULDADES DOS QUE CHEGARAM DEPOIS

Embora a diplomacia brasileira tenha retomado na atual década sua agenda mais ambiciosa e relativamente mais independente dos Estados Unidos (seu elemento mais emblemático é a retomada do pleito de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU), as estruturas internacionais econômicas e de poder restringem a efetividade das manobras políticas brasileiras mesmo em relação ao subcontinente sul-americano onde disputa mercados e influência com os interesses norte-americanos, europeus e, cada vez mais, chineses.

Mesmo ai a hegemonia regional brasileira, realizada com muita diplomacia e com recursos financeiros e empreiteiras brasileiras, não se faz sem protestos constantes dos países vizinhos. Não apenas da Argentina (antigo rival geopolítico pelo controle do subcontinente), mas também dos sócios menores do Mercosul como Paraguai (que logrou êxito parcial na renegociação do acordo da Itaipu binacional) e Bolívia (que obteve a elevação do preço do gás exportado ao Brasil pelo Gasbol).

Os obstáculos à diplomacia brasileira para a evolução e alargamento da integração regional e

em tornar mais efetivos os organismos regionais recém-criados como o Conselho Sul-Americano de Defesa e a Unasul podem ser sintetizados em dois tópicos:

1°) a dificuldade em divisar o próprio interesse nacional brasileiro quando o país opera como plataforma logística privilegiada (que Wallerstein chama de "países semiperiféricos") de empresas multinacionais de capitais estrangeiros;

2°) a escassez de recursos materiais e financeiros para a construção das infraestruturas de integração física no subcontinente.

A solidariedade regional não pode continuar uma retórica governamental, o que exige superarmos no subcontinente a reprodução daquele padrão de relação centro-periferia que tanto condenamos no plano internacional. Isto significa que os países vizinhos também devem se industrializar e, para tanto, necessitam acessar o mercado brasileiro de forma privilegiada, caso contrário a integração regional continuará como uma mão de via única em favor das empresas brasileiras.

Nesse sentido, a legislação do bloco regional deveria diferenciar empresas de capital estrangeiro e empresas de capital sul-americano, caso contrário será criada toda uma infraestrutura logística de integração regional para continuar a servir de plataforma aos capitais internacionais. Para que os beneficiados não sejam apenas os agentes capitalistas sul-americanos de grande porte pode-se estimular a criação de empresas estatais e de economia mista, de cooperativas e de empresas controladas por associações de trabalhadores, além de regulamentar a participação dos trabalhadores locais nos lucros das empresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A associação da geopolítica brasileira ao pensamento militar do período ditatorial e a "sociologização" da produção das ciências humanas brasileira produziram um efeito rebote indesejável na academia ao reduzir o espaço de discussões sobre desenvolvimento nacional e projetos geopolíticos segundo os interesses brasileiros.

Aos poucos a ciência geográfica tenta resgatar os estudos de fronteira e sobre a organização do território amazônico, mas ainda titubeia em relação ao relançamento de um pensamento geopolítico nacional mais abrangente. Se quisermos finalmente ingressar no século XXI será necessário voltarmos a discutir o Brasil e a brasilidade, dentro e fora dos círculos geográficos.

Como diz o diplomata brasileiro Samuel Pinheiro Guimarães (2005), ainda estaremos presos ao século passado enquanto não rompermos com as estruturas de dependência comercial (como fornecedores de commodities agrícolas e minerais), tecnológica (importando "pacotes fechados"), financeira (incapacidade de formar poupança interna) e político-militar (fracasso na implementação de uma política de defesa autônoma). Este afinal é o desafio colocado a todos os brasileiros!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALBUQUERQUE, Edu. S.; et alii. Samuel Huntington: o choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, 2000.

ALBURQUERQUE, Edu. S. O Brasil lidera a América Latina? In ALBUQUERQUE, E. S. (Org.). **Que país é esse**: pensando o Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Globo, 2006.

ARIENTI, Wagner Leal; FILOMENO, Felipe Amin. Economia Política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. **Ensaios FEE**, v. 8, n. 1, 2007.

FIORI, José L. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **Oikos**, v. 6, n. 2, 2007.

GILPIN, Robert. **O desafio do capitalismo global**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HUNTINGTON, Samuel. **The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order.** New York: Touchstone, 1997.

KHANNA, Parag. **O Segundo Mundo**: Impérios e influência na nova ordem global. Rio de Janeiro: Intrinseca, 2008.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1999.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo.** São Paulo: Editora Hucitec, 1994

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis:** an introduction. Duke University Press, 2004.

Trabalho enviado em agosto de 2011
Trabalho aceito em outubro de 2011